

## **AS MIGRAÇÕES RECENTES NO RIO GRANDE DO NORTE: NOTAS SOBRE UM ESTADO “GANHADOR”**

**Ricardo Ojima\***

### ***Introdução***

Tradicionalmente a região nordeste do Brasil é caracterizada como um centro expulsor de população, marcas de uma tradição científico-centrica, costuma-se tratar de maneira homogênea uma região com inúmeras especificidades que muitas vezes escapam ao olhar se observados de um ponto de vista externo. Assim, não é raro que algumas percepções do senso comum sejam reiteradas de maneira tão perene e que, consequentemente, políticas públicas tenham pouca efetividade, pois não focalizam os grupos e situações específicas do problema.

Justificado por fatores dos mais diversos, como o clima (secas), baixos indicadores sociais e de qualidade de vida (notadamente mortalidade infantil, esperança de vida e dinamismo econômico, entre outros) (Camarrano, 1997; Oliveira, 2008; Diniz, 1988; Santos; Moura, 1990; Santos; Moreira; Moura, 1990; Teixeira, 1998; Fusco; Duarte, 2010), as mi-

grações nordestinas merecem um olhar mais detalhado e que não tenham como foco exclusivo as suas relações dinâmicas com a região sudeste (tradicionais receptores desses migrantes) (Fusco; Duarte, 2010; Oliveira, 2009).

Mais recentemente, consideradas as mudanças significativas destes principais fluxos migratórios (Oliveira; Oliveira, 2011), já identificadas desde a década de 1990 (Baeninger, 2000; 2008; Brito, 2009), novos elementos e processos passam a assumir destaque na análise dos fluxos intrarregionais, especialmente aqueles da região Nordeste (Fusco; Duarte, 2010; Ojima et al, 2010). Assim, como apontado por alguns autores (Baeninger;. Ojima, 2008; Brito, 2009), as abordagens teóricas tradicionalmente usadas passam a perder fôlego explicativo. Afinal, tanto as teorias neoclássicas como as apoiadas no materialismo histórico, assim como a abordagem da modernização tendem a analisar a sociedade brasileira a partir de um processo macroestrutural no qual a

migração entra como um elemento de equilíbrio (econômico, do modo de produção, pela ascensão social, etc.) necessário (Brito, 2009).

Entretanto, as mudanças sociais que ocorrem, sobretudo a partir dos anos 1990, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, engendram novas dinâmicas que justificam uma mudança de paradigma (BRITO, 2009). Os polos econômicos não são mais os principais centros atratores dos migrantes, pois a descentralização da produção em um novo modelo de acumulação produtiva (Harvey, 2008) mudam as relações população-emprego e diminuem as vinculações tradicionais entre mobilidade espacial da população e mobilidade social. Ao contrário, a desconcentração da produção visa desestruturar o sistema de proteção social, buscando mão-de-obra mais barata, custos de oportunidade devido à competição econômica regional, facilidades logísticas, etc. (BENKO, 1996; SCOTT et al, 2001; CASTELLS, 1999).

Reduz o peso relativo das grandes metrópoles e ganham espaço as cidades médias e aglomerações urbanas sob um modelo de cidade-região multi-funcional onde tanto emprego como população passam a buscar outros valores sociais como qualidade de vida (SCOTT et al, 2001; LEFEBVRE, 1991). Claro que não estamos afirmando aqui que transcendemos para uma sociedade que resolveu suas carências materiais seculares e passamos a uma sociedade de redes e fluxos econômicos que independe das pessoas. Entretanto, é essencial que reconheçamos algumas mudanças importantes no contexto social para entender os processos migratórios recentes, sobretudo, aqueles localizados em uma região que tradicionalmente perdia população para os centros do sul e sudeste do país.

O objetivo do artigo, entretanto, não é fazer essa discussão teórica e tampouco caracterizar as mudanças históricas nos fluxos migratórios nacionais. Entendo que tal tarefa já tem sido devidamente explorada e desenvolvida por diversos autores (BAENINGER, 2000; 2008; BAENINGER; OJIMA, 2008; BRITO, 2006; 2009; CAMARANO, 1997; FUSCO; DUARTE, 2010; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA;

OLIVEIRA, 2011) e, portanto, a preocupação central será analisar algumas tendências recentes a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, focando no caso particular do estado do Rio Grande do Norte (RN) devido à algumas características específicas que serão apontadas adiante. Nesse sentido, o recorte busca privilegiar um olhar sobre o perfil e fluxos dos migrantes nordestinos no limiar do século 21 e, dessa maneira, fornecer subsídios para uma abordagem local para as questões específicas dos fluxos e tendências migratórias recentes, acenando para o que o Censo Demográfico 2010 deverá confirmar e trazer à tona em escala municipal.

### *Tendências*

O Rio Grande do Norte (RN) foi escolhido para uma análise mais detalhada dos processos migratórios recentes, pois apresenta características distintas em relação aos demais estados da região nordeste. Juntamente com o estado do Sergipe, o RN é um dos estados que menos perdeu população, tanto em termos absolutos como em relação ao impacto do saldo migratório na população (taxa de migração líquida). Estaremos considerando aqui as migrações interestaduais de última etapa dentro de um período de até dez anos, ou seja, os movimentos migratórios considerando a unidade da federação de última residência que ocorreram há menos de dez anos<sup>1</sup>.

Durante a década de 1970, o RN apresentou um saldo negativo de 66 mil pessoas, sendo o segundo estado da região nordeste que menos perdeu população. Enquanto o estado da Bahia perdeu mais de 370 mil pessoas na década (20% de toda a perda migratória nordestina), o RN contribuiu com apenas 3,8% de todo o saldo migratório negativo da região. Fato que se repete na década seguinte, quando o saldo permanece negativo, mas reduz significativamente para cerca de -4,5 mil pessoas entre o período 1981-1991. Este fato pode ser entendido quando analisamos os principais fluxos migratórios do RN, pois apesar das grandes perdas populacionais

**As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um Estado "ganhador"**

**Ricardo Ojima**

para o estado de São Paulo, tanto na década de 1970 como na de 80, o estado apresenta uma dinâmica regional intensa, particularmente com a Paraíba e o Ceará (estados vizinhos) e, com estes, apresenta saldos positivos nestes dois períodos.

O que podemos perceber, portanto, é que o RN possui uma dinâmica migratória regional que compensa as perdas populacionais que ocorreram nas décadas de 1970 e 80, principalmente com São Paulo, embora as perdas com este estado tenham também reduzido significativamente no segundo período e, com certeza, foi um dos fatores importantes para que o RN passasse de uma condição de estado expulsor de população na década de 1970, para um estado de circulação demográfica nas duas décadas seguintes.

O índice de eficácia migratória (IEM) é uma medida sintética que relaciona o saldo migratório com o volume total de movimentos migratórios no período (migração bruta). Assim, seu cálculo está baseado no quociente entre saldo migratório e migração bruta, resultando

em um índice que varia de -1 a +1, passando de expulsor (-1), circularidade (valores próximos a zero) até região de atração populacional (+1). As tabelas 1 a 4, apresentam os IEMs para as unidades da federação brasileira nos períodos analisados, bem como os demais resultados analisados e ilustram o IEM para o RN muito próximos a zero, confirmando a hipótese deste estado ter se tornado uma região de circulação de população.

Esse ponto de inflexão dura duas décadas e o RN passa de estado perdedor para estado ganhador. Ainda na década de 1990, o RN já apresenta um saldo migratório positivo da ordem de 20 mil, representando cerca de 1% da sua população total. Entretanto, apesar de discreta, essa transição é acompanhada de mudanças estruturais significativas, pois observando os principais fluxos de origem e destino podemos observar mudanças que já estariam antecipando processos mais recentes e que hoje assumem expressão significativa para justificar a importância reversa dos movimentos migratórios no Nordeste.

Tabela 1  
Imigrantes, emigrantes, saldo migratório, taxa de migração líquida e índice de eficácia migratória das Unidades da Federação, 2000

| Unidade da Federação | Imigrantes | Emigrantes | Saldo Migratório | Taxa de migração líquida | Índice de Eficácia Migratória |
|----------------------|------------|------------|------------------|--------------------------|-------------------------------|
| São Paulo            | 3.254.396  | 1.764.440  | 1.489.956        | 4,02                     | 0,297                         |
| Rondônia             | 197.589    | 156.843    | 40.746           | 2,95                     | 0,115                         |
| Acre                 | 36.070     | 31.302     | 4.768            | 0,85                     | 0,071                         |
| Amazonas             | 189.953    | 121.526    | 68.427           | 2,43                     | 0,220                         |
| Roraima              | 87.975     | 23.914     | 64.061           | 19,75                    | 0,573                         |
| Pará                 | 475.891    | 458.307    | 17.584           | 0,28                     | 0,019                         |
| Amapá                | 98.841     | 29.279     | 69.562           | 14,58                    | 0,543                         |
| Tocantins            | 218.922    | 152.482    | 66.440           | 5,74                     | 0,179                         |
| Maranhão             | 262.556    | 577.239    | -314.683         | -5,56                    | -0,375                        |
| Piauí                | 196.658    | 322.247    | -125.589         | -4,42                    | -0,242                        |
| Ceará                | 388.399    | 438.153    | -49.754          | -0,67                    | -0,060                        |
| Rio Grande do Norte  | 174.915    | 154.696    | 20.219           | 0,73                     | 0,061                         |
| Paraíba              | 245.653    | 365.861    | -120.208         | -3,49                    | -0,197                        |
| Pernambuco           | 410.619    | 657.810    | -247.191         | -3,12                    | -0,231                        |
| Alagoas              | 151.187    | 283.839    | -132.652         | -4,69                    | -0,305                        |
| Sergipe              | 125.553    | 118.000    | 7.553            | 0,42                     | 0,031                         |
| Bahia                | 619.171    | 1.152.473  | -533.302         | -4,08                    | -0,301                        |
| Minas Gerais         | 1.021.726  | 887.733    | 133.993          | 0,75                     | 0,070                         |
| Espírito Santo       | 296.247    | 190.292    | 105.955          | 3,42                     | 0,218                         |
| Rio de Janeiro       | 775.806    | 564.645    | 211.161          | 1,47                     | 0,158                         |
| Paraná               | 754.178    | 797.510    | -43.332          | -0,45                    | -0,028                        |
| Santa Catarina       | 458.614    | 286.856    | 171.758          | 3,21                     | 0,230                         |
| Rio Grande do Sul    | 309.605    | 282.462    | 27.143           | 0,27                     | 0,046                         |
| Mato Grosso do Sul   | 236.030    | 207.905    | 28.125           | 1,35                     | 0,063                         |
| Mato Grosso          | 420.296    | 253.089    | 167.207          | 6,67                     | 0,248                         |
| Goiás                | 758.864    | 365.000    | 393.864          | 7,87                     | 0,350                         |
| Distrito Federal     | 424.363    | 393.203    | 31.160           | 1,52                     | 0,038                         |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um Estado "ganhador"

Ricardo Ojima

Na década de 1990, a principal origem dos migrantes do RN são ainda da Paraíba, mantendo aproximadamente o mesmo saldo positivo da década anterior. Mas o que marca mesmo uma mudança importante é a redução expressiva das perdas com São Paulo, passando de 36 mil na década de 1970 para 11 mil na década de 1990. Além disso, intensificam-se as trocas migratórias regionais, ampliando o alcance e o volume dos ganhos populacionais nas trocas com o Pernambuco, Maranhão e, surpreendentemente, o Rio de Janeiro. Assim, o mosaico de origens, motivações e características que orientam as migrações para o RN se diversifica ao longo destas últimas décadas. Tal característica se torna mais evidente a partir dos anos 2000 e aponta para uma dinamização do desenvolvimento regional no período mais recente.

### *Como estamos?*

Após este período de grandes fluxos migratórios de longa distância (Nordeste-Sudeste) – desde o Censo 1991, já era possível perceber os indícios de um arrefecimento destas tendências (Baeninger, 2000; Brito, 2006; Oliveira; Oliveira, 2011) – o Censo 2000 confirmou a existência de novos espaços de migração no país e também do aumento significativo da participação da migração de retorno, sobretudo entre os estados da região Nordeste. Os resultados para a década de 2000, obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), permitem acompanhar essas mudanças em curso tanto em termos dos volumes, mas também em relação às suas características socioeconômicas.

No período 1999-2009, considerando os migrantes de última etapa, podemos perceber que a região Nordeste como um todo passa a ser uma região de circulação migratória, apresentando um índice de eficácia migratória próximo de zero. Embora ainda apresente um saldo negativo no seu conjunto, alguns estados da região Nordeste passam a apresentar saldos positivos (Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí). Isoladamente o Piauí ainda se encontra em uma situação de circulação de migrantes, enquanto o Ceará e o Rio Gran-

de do Norte já tendam a se tornar estados receptores de população, segundo o IEM.

O Ceará apresenta um saldo positivo maior que o Rio Grande do Norte, entretanto, considerando o tamanho da população, as migrações no RN possuem um peso mais significativo, pois o saldo corresponde a 2,45% da população total (para se ter um parâmetro de comparação, São Paulo, com um saldo positivo de 1,4 milhões de pessoas na década de 90, apresentou uma taxa de migração líquida de 4%). Assim, o Rio Grande do Norte mantém uma característica particular no contexto migratório regional já observado nos anos anteriores. Assim, mais do que apenas manter as tendências já observadas anteriormente, o RN passa a apresentar inversões de fluxos e passa a se configurar como um novo polo de atração que merecem um detalhamento maior. Afinal, é possível que sejam particularidades que se tornem recorrentes nas demais realidades da região nordeste e, portanto, passem a ganhar mais importância em termos de políticas públicas no futuro.

Um dos sinais dessas inversões é a chamada migração de retorno. Considerando aqui os “retornados” como aqueles que migraram para os estados do Nordeste nos últimos dez anos, mas que nasceram no estado de destino do último movimento migratório, a região nordeste apresentou um saldo positivo da ordem de 360 mil pessoas. Os estados que receberam mais retornados no período 1999-2009 na região Nordeste foram Bahia, Maranhão e Pernambuco e em praticamente todos os casos, o peso dos imigrantes de retorno no total dos imigrantes do estado estava na faixa de 20%, ou seja, de cada cinco migrantes que chegaram ao Nordeste, no período 1999-2009, um deles havia nascido no próprio estado.

O retorno, como apontado por Carvalho (2004) apresenta-se como um processo importante sobre a população não migrante na região de destino. A renda e a escolaridade destes migrantes retornados costumam ser maiores do que a população na região de destino e assim, contribui para mudanças

**As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um Estado “ganhador”**

**Ricardo Ojima**

**As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um Estado “ganhador”**

**Ricardo Ojima**

significativas, não apenas nos aspectos imediatamente mensuráveis, mas também em todo um conjunto de fatores culturais que cercam a seletividade dos fluxos migratórios em geral (FAZITO, 2010).

A seletividade da migração é um aspecto dos mais significativos da mudança demográfica, pois as características contextuais que cercam as motivações desses movimentos condicionam algumas características particulares aos indivíduos que migram. Assim, tanto quando estamos falando em migrantes como nos migrantes retornados, as características dos indivíduos serão diferentes de acordo com o seu contexto. Por um lado, a migração de retorno pode significar um contra-fluxo definido pelo “fracasso” do migrante na sua incursão migratória, como também pode significar a conclusão de um ciclo vital, um entendimento de que sua etapa como migrante tenha se esgotado e, nesse caso, configurando-se como um sucesso de sua trajetória (COSTA; RIGOTTI, 2008; FAZITO, 2010).

Este novo sentido para antigas direções dos fluxos migratórios tem, portanto, um papel importante no novo papel de atração de população observado no RN e em outros estados do Nordeste, pois para o caso do RN, 24% dos imigrantes totais nasceram no próprio estado. A principal origem de retorno para o estado do RN é São Paulo, seguido de Ceará e Paraíba que, somado ao estado de Pernambuco são as quatro principais origens de migrantes, independentemente de serem retornados ou não. Portanto, confirma-se a importância das migrações intra-regionais do RN e a importância do estado de São Paulo que, se tradicionalmente se configurava como região de atração e absorção de migrantes, hoje passa a ser o principal emissor de migrantes de retorno.

### ***Permanências e mobilidades***

O papel das migrações na evolução da população sempre foi um dos mais importantes entre os estados da região Nordeste, mas apesar disso, tradicionalmente os estudos baseavam-se na polarização evidente das regiões de atração e absorção da população.

A diversidade dos fluxos e perfis migratórios intra-regionais ficariam sempre em segundo plano, pois os volumes significativos das trocas migratórias com os estados da região Nordeste eram no sentido de grandes avaliações, consolidando a região como um repositório de mão de obra em função do dinamismo econômico da região sudeste.

As mudanças recentes, entretanto, tornam necessário uma melhor compreensão desses processos, pois não se trata apenas da migração de retorno, dado que cerca de  $\frac{3}{4}$  da imigração não é de pessoas nascidas nos estados de destino. Devido ao perfil seletivo da migração, alterações na dinâmica demográfica regional deverão impactar entre outras coisas a estrutura etária da população, o perfil socioeconômico, o mercado de trabalho, entre outros. Um exemplo desses impactos é, por exemplo, o fato de que a idade média dos imigrantes de retorno para o RN é de 34 anos, enquanto para os demais imigrantes essa idade é de 28 anos. Em relação ao estado civil, a proporção de casados é significativamente maior (41%) entre os retornados do que entre os imigrantes não nascidos no Rio Grande do Norte (34%).

Assim, como apontado por Brito (2009) e Oliveira e Oliveira (2011), novos paradigmas merecem ser investigados para a compreensão dos processos migratórios brasileiros e, sobretudo, os nordestinos. Parece haver uma mudança nos sentidos da migração para esta região e a região antes caracterizada como repositório de mão de obra para os grandes centros industriais do país, hoje assume destaque no sentido de uma nova polarização.

Os resultados consolidados<sup>2</sup> do Censo Demográfico 2010, permitirão avançar na compreensão destes novos processos que consolidam uma nova ordem migratória no contexto nacional e colocam a região Nordeste brasileira em uma situação diferenciada. Até o momento, com os dados de “data fixa”, podemos confirmar que a principal origem dos migrantes no RN são provenientes de São Paulo, seguidos por Paraíba, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco. Juntos esses cinco estados representam 17,5% de todos

os migrantes recentes do RN e praticamente todos têm como destino algum município da Região Metropolitana de Natal, à exceção de Mossoró e Caicó que polarizam parte dessa atração, mas com um ímpeto muito mais reduzido.

A tabela 2 destaca as unidades de federação de origem dos migrantes para os municípios que receberam mais imigrantes, segundo a informação de “data fixa”. Natal e

Parnamirim, por serem municípios vizinhos e conturbados fazem parte de uma mesma dinâmica urbana e econômica e, juntos, representam mais de 10% do total de imigrantes do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro e São Paulo, porém, correspondem a 35,5% de todos os imigrantes desses dois municípios da RM de Natal. Mossoró, por sua vez apresenta maior parte dos seus imigrantes vindos do Ceará.

**Tabela 2**  
 Distribuição percentual dos imigrantes (data fixa) segundo Unidade da Federação de residência em 2005, municípios potiguares selecionados.

| Unidade da Federação de residência anterior | Natal        | Parnamirim   | São Gonçalo do Amarante | Macaíba      | Mossoró      | Caicó        | Outros       | RN           |
|---|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| SÃO PAULO                                   | 15,5         | 21,9         | 23,2                    | 28,6         | 14,8         | 18,6         | 2,5          | 4,7          |
| PARAÍBA                                     | 13,2         | 16,0         | 13,1                    | 26,9         | 14,7         | 28,2         | 2,5          | 4,3          |
| RIO DE JANEIRO                              | 22,0         | 9,4          | 21,3                    | 5,9          | 4,5          | 3,9          | 1,2          | 3,2          |
| CEARÁ                                       | 6,9          | 8,4          | 2,8                     | 13,1         | 32,8         | 6,8          | 1,4          | 2,9          |
| PERNAMBUCO                                  | 12,2         | 12,4         | 21,0                    | 14,5         | 5,6          | 7,3          | 0,9          | 2,4          |
| DISTRITO FEDERAL                            | 5,3          | 3,4          | 3,7                     | 0,0          | 2,7          | 0,6          | 0,3          | 0,9          |
| BAHIA                                       | 2,6          | 3,8          | 4,6                     | 0,8          | 5,4          | 10,7         | 0,3          | 0,8          |
| MINAS GERAIS                                | 3,7          | 2,7          | 0,0                     | 1,1          | 1,9          | 3,4          | 0,2          | 0,6          |
| GOIÁS                                       | 1,6          | 1,2          | 0,0                     | 0,0          | 0,7          | 6,9          | 0,3          | 0,5          |
| ALAGOAS                                     | 2,0          | 1,8          | 0,0                     | 5,8          | 1,5          | 0,6          | 0,1          | 0,4          |
| PARÁ  | 1,6          | 2,7          | 2,2                     | 0,0          | 1,6          | 0,0          | 0,1          | 0,4          |
| AMAZONAS                                    | 1,3          | 3,9          | 1,4                     | 0,0          | 0,8          | 0,6          | 0,0          | 0,3          |
| PIAUI                                       | 1,0          | 2,6          | 0,5                     | 0,0          | 2,7          | 0,0          | 0,1          | 0,3          |
| RIO GRANDE DO SUL                           | 1,9          | 0,4          | 2,5                     | 0,7          | 2,0          | 0,6          | 0,1          | 0,3          |
| PARANÁ                                      | 0,9          | 1,4          | 0,8                     | 0,0          | 1,1          | 0,0          | 0,1          | 0,2          |
| MARANHÃO                                    | 1,0          | 1,1          | 0,0                     | 0,0          | 1,9          | 0,6          | 0,1          | 0,2          |
| MATO GROSSO DO SUL                          | 1,9          | 0,7          | 0,0                     | 0,0          | 0,7          | 3,8          | 0,0          | 0,2          |
| SANTA CATARINA                              | 1,3          | 1,0          | 0,7                     | 0,0          | 0,8          | 1,5          | 0,1          | 0,2          |
| SERGIPE                                     | 0,9          | 0,5          | 0,0                     | 0,9          | 0,7          | 0,0          | 0,1          | 0,2          |
| MATO GROSSO                                 | 1,0          | 0,4          | 0,0                     | 0,0          | 0,7          | 4,3          | 0,0          | 0,2          |
| AMAPÁ                                       | 1,1          | 0,3          | 0,6                     | 0,0          | 0,0          | 0,0          | 0,1          | 0,1          |
| RORAIMA                                     | 0,2          | 1,5          | 0,0                     | 0,6          | 0,3          | 0,0          | 0,0          | 0,1          |
| ESPÍRITO SANTO                              | 0,2          | 0,5          | 0,0                     | 0,0          | 0,5          | 0,6          | 0,0          | 0,1          |
| RÔNDONIA                                    | 0,3          | 1,2          | 0,0                     | 0,0          | 0,0          | 0,9          | 0,0          | 0,1          |
| TOCANTINS                                   | 0,1          | 0,0          | 0,0                     | 1,0          | 0,5          | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| ACRE  | 0,0          | 0,9          | 0,0                     | 0,0          | 0,1          | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| SEM INFORMAÇÃO                              | 0,2          | 0,0          | 1,6                     | 0,0          | 0,8          | 0,0          | 0,0          | 0,1          |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>            | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um Estado “ganhador”**

**Ricardo Ojima**

## Notas

\* Doutor em demografia, professor do programa de pós-graduação em demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: ricardo.ojima@gmail.com

<sup>1</sup> Para os dados do Censo 2010 serão utilizados os dados relativos à informação de “data fixa” que se refere ao local de residência no dia 31 de julho de 2005.

<sup>2</sup> O IBGE identificou problema em uma das tabelas do tema Migração na publicação do volume Resultados Gerais da

Amostra. Este problema já está sendo tratado através dos procedimentos usuais de crítica. Nesse sentido, relacionam-se as tabelas e as variáveis da base digital de microdados que não devem ser utilizadas, até que as devidas correções tenham sido realizadas. Ressalte-se que, pelo volume dos dados a processar, não houve possibilidade de efetuar as correções a tempo de incorporá-las na divulgação do dia 27 de abril (IBGE, Diretoria de Pesquisas, nota de advertência).

## Referências bibliográficas

- BAENINGER, R. "Região, metrópole e interior – espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996. In: Textos NEPO 35. *Redistribuição da população e meio ambiente*: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: NEPO, 2000.
- BAENINGER, R. *Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI*. XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2008.
- BAENINGER, R.; OJIMA, R. *Novas Territorialidades e a Sociedade de Risco*: Evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. *Papeles de Población*, v. 14, p. 141-154, 2008.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2009.
- BRITO, F. "Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório". In: CARLEIAL, ADELITA (org.). *Transições migratórias*. Fortaleza: Iplance, 2002.
- CAMARANO, A. A. *Movimentos migratórios recentes na região Nordeste*. I ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. *Anais...* Curitiba: ABEP, 1997.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Paz e Terra, 1999.
- COSTA, C. C. R. C.; RIGOTTI, J. I. R. *Movimentos migratórios para o Estado da Bahia: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno, 1991-2000*. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Campinas: ABEP, 2008.
- DINIZ, C. C. *O nordeste e o contexto nacional*. VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Olinda: ABEP, 1988.
- FAZITO, D. *Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do "retorno"*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, fevereiro, 2010.
- FUSCO, W.; DUARTE, R. *Regiões metropolitanas no Nordeste: origens, destinos e retorno dos migrantes*. XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2010.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LEFEBVRE, H., 1991, *A vida cotidiana no mundo moderno*. Ed. Ática, São Paulo.
- OLIVEIRA, K. F. *Demografia da pobreza em Sergipe: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2008.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JUNIOR, E. J.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. *O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as cidades-dormitório*. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 12, p. 395-415, 2010.
- OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs.) *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Série Estudos e Análises: Informação demográfica e socioeconômica, n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- SANTOS, T. F.; MOREIRA, M. M.; MOURA, H. A. *A população do nordeste em face da transição demográfica*. VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990.
- SANTOS, T. F.; MOURA, F. A. *Os determinantes da mortalidade infantil no nordeste: aplicação de modelos hierárquicos*. VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990.
- SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. "Cidades-regiões globais". In: *Revista Espaço e Debates*, n. 41, 2001.
- TEIXEIRA, P. *Mortalidade na infância, relações produtivas e pobreza no nordeste: um estudo estatístico e sócio-econômico*. XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998.

**As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um Estado "ganhador"**

**Ricardo Ojima**